



ANÁLISE DA VISÃO DE JOHN LOCKE SOBRE A SEPARAÇÃO DE PODERES

Autor(res)

Volnei Rosalen
Adny Resendes Rosa
Evelyn Da Rosa De Oliveira
Eduarda Santos De Melo
Débora Araci Rosa Silva

Categoria do Trabalho

2

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE SÃO JOSÉ

Introdução

Neste trabalho exploraremos as ideias revolucionárias de John Locke na obra "Dois Tratados sobre o Governo", publicada em 1689. Locke, apresenta uma defesa eloquente da soberania popular, da separação dos poderes e do direito natural. Ao longo deste trabalho, examinaremos os principais temas abordados por Locke, como a origem do poder político, a natureza dos direitos naturais, o contrato social, a formação das democracias modernas e sua relevância contínua para os debates políticos contemporâneos. Por meio da análise crítica de "Dois Tratados sobre o Governo", buscamos compreender não apenas o contexto histórico e intelectual no qual Locke estava inserido, mas também a pertinência de suas ideias para os desafios políticos e sociais enfrentados pela humanidade até os dias atuais.

Objetivo

O objetivo é analisar a visão do autor sobre a separação dos poderes, no qual destaca que o principal fim dos homens se unirem em sociedade é desfrutarem de sua propriedade em paz e segurança. A forma de governo escolhida é a democracia. O povo, deixando o direito natural, depositou o seu poder no legislativo para ter leis expressas, a fim de obter segurança e proteção da sua propriedade.

Material e Métodos

A seguinte análise comparativa efetuou-se da seguinte maneira: 1) Fichamento através da leitura da obra "Dois Tratados sobre o Governo" de John Locke; 2) Fundamentação escrita através dos fichamentos realizados; 3) Análise detalhada das leituras e resumos, exemplificando, comparando e pesquisando; 4) Debate entre as pesquisadoras do Grupo de Pesquisa Multicêntrico do Constitucionalismo Brasileiro–Separação de poderes e a relação do judiciário.

Resultados e Discussão

A Obra de John Locke apresenta as ideias liberais abraçadas por ele e sua oposição ao governo absoluto. Demonstra que o ente provém do povo e, juntamente com a lei, deve servir o interesse público. Locke é conhecido



Apoio: Realização:

14º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

12 a 16 de AGOSTO de 2024

POÓS-GRADUAÇÃO
**stricto
sensu
cogna**

PROGRAMA DE
**Iniciação
Científica e
Tecnológica**

por sua influência significativa como uma figura importante no liberalismo e na democracia, tornando-o uma figura-chave para fins de estudo. Suas crenças sobre o estado natural dos humanos, o contrato social e os direitos imutáveis moldaram significativamente a filosofia política ocidental. De acordo com ele, a legitimidade do governo está diretamente ligada ao consentimento dos governados e à responsabilidade de proteger os direitos naturais, tais como a vida, liberdade e propriedade. Sendo assim argumentou a favor da divisão de poderes e restrição do poder governamental como maneira de prevenir abusos e assegurar a liberdade dos indivíduos. Esses conceitos foram adotados em diversas constituições e são essenciais para o funcionamento da democracia contemporânea.

Conclusão

Os pontos específicos são segurança de ter os direitos naturais protegidos, e a punição dos crimes e a separação dos poderes para evitar tirania. Assim serve para garantir o equilíbrio das diferentes esferas do governo, evitando a concentração de poder e evitando abusos. Portanto, John Locke quer abranger a ideia de que os direitos naturais, o consentimento dos governados e a separação dos poderes são a principal essência para entender a natureza da democracia da sociedade.

Referências

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: LOCKE, John. "Dois tratados sobre o Governo". São Paulo, Ed. Martins Fontes Editora Ltda, 1998, p. 494-536.